



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 19 DE DEZEMBRO DE
2016**

NÚMERO 5

INICIO 20.30 HORAS

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2016 -----

Nº. 5/2016 -----

Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezasseis, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital número dez barra dois mil e dezasseis, de 06 de dezembro de dois mil e dezasseis, verificada ausência, antecipadamente anunciada e justificada, do Presidente da Assembleia Municipal António Mendes, a mesa foi constituída por Rogério Paulo de Sousa Palácio, Presidente; Maria do Rosário Costa Martins, 1ª Secretária e Sónia Cristina Marques Varino, 2ª Secretária. -----

Os vogais Rui Paulo Serras Vermelho (PS), Mário Rodrigues Pereira (PS), Filipa Rosa Amante Ferreira (PS), Raquel Martins Gaspar (CDU) e Celestino da Cruz Freire (CDS) faltaram à sessão, tendo este último justificado antecipadamente a ausência. A mesa foi informada oralmente pelo Vereador António Mendes da ausência da vogal Filipa Rosa Amante Ferreira (PS). -----

Também esteve presente para prestar os esclarecimentos técnicos, Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos e Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira. -----

ABERTURA -----

Verificando-se a existência de quórum o Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão, tendo iniciado os trabalhos com o período antes da ordem do dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Após questionamento do Vogal Virgílio André (CDU), o Presidente da Assembleia Municipal informou que a ata da reunião da Assembleia Municipal realizada no dia 30.09.2016 não está concluída, por motivos administrativos que lhe são alheios. -----

Presidente da Câmara Municipal: Informou que não houve disponibilidade dos serviços para efetuar a transcrição da ata, pedindo desculpa em nome da Câmara Municipal, esclareceu que a mesa não tem responsabilidade do atraso na apresentação das atas. -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) - apresentou moção que de forma unânime foi aceite para discussão e aprovada por **unanimidade** - “40 Anos das primeiras eleições autárquicas” Anexo ¹. -----

Vogal Carlos Dias (PS) - apresentou moção que de forma unânime foi aceite para discussão e aprovada por **unanimidade** - “40 Anos do poder autárquico em Portugal” Anexo ². -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1. Período reservado à intervenção do público; -----
2. Informação do revisor oficial de contas sobre a situação económica e financeira do Município de Constância relativa ao 1º semestre de 2016 – Para Conhecimento; -----
3. Análise, discussão e eventual aprovação das grandes opções de plano e orçamento para o ano de 2017; -----
4. Análise, discussão e eventual aprovação do mapa de pessoal para 2017; -----
5. Análise, discussão e eventual aprovação do projeto de Regulamento municipal de atribuição e gestão das habitações sociais em regime de renda apoiada; -----
6. Análise, discussão e eventual aprovação do projeto de alteração ao regulamento “Constância Maior Valor”, Ação 4 – Bolsas de estudo ao ensino superior; -----
7. Análise, discussão e eventual aprovação das minutas dos contratos de empréstimos decorrentes da renegociação de empréstimos aprovada ao abrigo do art. 63.º da LOE para 2016, conjugado com o art. 106º da LOE para 2015; -----
8. Apreciação de informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal nos termos da alínea c) do n.º 2 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atualizada; -----
9. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de delegação e partilha de competências para exercício de autoridade de transportes no médio tejo; -----
10. Outros assuntos de interesse. -----

Presidente da Assembleia Municipal - Submeteu a ordem de trabalhos a votação do plenário, tendo sido aprovada por **unanimidade**. -----

¹ Moção - 40 Anos das primeiras eleições autárquicas

² Moção - 40 Anos do poder autárquico em Portugal

Handwritten signature and initials in blue ink.

1. PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Não houve intervenções do público. -----

2. INFORMAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA RELATIVA AO 1.º SEMESTRE DE 2016 – PARA CONHECIMENTO; -----

Não se verificaram intervenções. -----

3. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2017; -----

Presidente da Câmara Municipal – Fez uma breve análise do documento, salientando que o orçamento foi entregue a 31 de outubro, hoje já teria algumas alterações, estão contempladas as verbas dos fundos comunitários para a obra do Centro Escolar de Montalvo e as despesas fixas, com pessoal, com aquisição de serviços, requisição de bens, iluminação pública, a água, saneamento, transportes escolares, refeições, entre outras. Não tendo sido descorado a modernização administrativa imposta. Referiu ainda que é opção do executivo continuar com os apoios às Associações, Entidades e Coletividades do concelho. -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Manifestou a sua satisfação relativamente à informação dada. Relativamente ao orçamento pediu esclarecimento sobre o valor que o município irá receber do IMI e sobre o procedimento que as Câmaras Municipais vão tomar sobre a situação com a Resitejo, à qual na sua opinião deverão ser imputados encargos. -----

Presidente da Câmara Municipal – Informou que o município ainda não recebeu as tranches referentes ao mês de novembro, portanto não lhe seria possível afirmar com rigor qual o valor efetivo ao nível da receita cobrada. Sobre a questão da Resitejo, indicou o vereador Arsénio Cristóvão e a Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira para disponibilizarem algumas explicações e ao Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos para explicitar as questões referentes às obras no cemitério da Portela. -----

Vereador Arsénio Cristóvão – Informou de acordo com as indicações do ERSAR, a Resitejo ficou sem os privados, que representam em termos de dívida cerca de 82%, sendo o restante repartido pelos Municípios. Na próxima reunião dia 11 de janeiro serão definidas algumas situações, tudo indica que a dívida não terá implicação na capacidade de endividamento dos municípios. -----

Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos – Informou que a empreitada para a ampliação do cemitério da Portela já foi adjudicada, já foram acionados todos os procedimentos necessários prevendo –se o início das obras no mês de janeiro. -----



Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira – Esclareceu que no que diz respeito à Resitejo, não tem sido fácil definir o valor a imputar, no final do ano passado, o Município de Constância tinha preparado na prestação de contas um valor a imputar tendo em conta a não participação dos privados, informações de ultima hora davam conta da entrada de privados, dando origem à reformulação do apuramento. Na ultima ata enviada pela Resitejo vem a informação da saída dos privados, o que torna necessário reformular a apuramento da dívida do município. De acordo com a indicação do Revisor a saída dos privados obriga a correção dos reportes efetuadas, contudo os valores não apresentam diferenças significativas, continuando o município com uma margem confortável no que diz respeito à dívida. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Agradeceu as explicações, e não havendo mais intervenções colocou o ponto 3 a votação. Tendo sido **aprovado por maioria** com 4 abstenções da bancada do PS. -----

4. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA 2017; -----

Presidente da Câmara Municipal – Informou que o mapa de pessoal contempla a substituição de alguns trabalhadores que se aposentaram durante o ano e um reforço de assistentes operacionais. -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Questionou se as reposições pretendidas serão suficientes para as necessidades. -

Presidente da Câmara Municipal – Afirmou que não, uma vez que para além dos trabalhadores que se aposentam, existem colaboradores com serviços moderados e muitas ausências por doença perlongada, o que cria alguns desequilíbrios. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Agradeceu e não havendo mais intervenções colocou o ponto a votação, o qual foi **aprovado com maioria** e 4 abstenções da bancada do PS. -----

5. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO E GESTÃO DAS HABITAÇÕES SOCIAIS EM REGIME DE RENDA APOIADA; -----

Presidente da Câmara Municipal – Relativamente ao ponto 5 e ponto 6, informou que os documentos após passarem pela Camara estiveram em discussão pública durante um mês, foram votados na câmara já com as sugestões dos munícipes e é a versão final que está para discussão na Assembleia. -----

Projeto **aprovado por unanimidade**. -----

6. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO “CONSTÂNCIA MAIOR VALOR”, AÇÃO 4 – BOLSAS DE ESTUDO AO ENSINO SUPERIOR; -----

Sem intervenções. Proposta aprovada por **unanimidade**. -----

7. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DAS MINUTAS DOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS DECORRENTES DA RENEGOCIAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS APROVADA AO ABRIGO DO ART. 63.º DA LOE PARA 2016, CONJUGADO COM O ART. 106.º DA LOE PARA 2015; -----

Vogal Virgílio André (CDU) – Mostrou indignação, não no que diz respeito às cláusulas em si, mas às taxas praticadas. Lamentou o tempo que demorou a desenvolver todo este processo e os todos os seus custos. Na sua opinião esta situação já poderia estar resolvida há vários meses. -----

Presidente da Assembleia Municipal: Não havendo mais intervenções, colocou o ponto 7 a votação, o qual foi **aprovado por unanimidade**. -----

8. APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART. 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUALIZADA; -----

Vogal Célia Abreu (PS) – Referiu que existe ausência de informação relativamente ao tempo em que decorrem as avenças contratualizadas e também diferença entre alguns valores apresentados, nomeadamente no que se refere aos valores das refeições no ponto 2 e 4. -----

Vogal Virgílio André (CDU) – Na sua opinião existem algumas diferenças relativamente às informações que constam no mapa de empréstimos apresentado, com o da sessão anterior, uma vez que as somas e os valores em dívida de empréstimos ao BPI no seu entender não estão claros. -----

Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira – Esclareceu que neste momento não dispunha de informação para lhe explicar a diferença, apenas lhe podia dizer que havia alguns registos relativos aos empréstimos em atraso e as diferenças observadas são o resultado da atualização. Devido ao atraso no envio por parte da CGD da declaração de não dívida não foi possível proceder ao pagamento dos empréstimos. Uma vez que não era possível protelar mais a situação, houve necessidade de efetuar o lançamento contabilístico dos empréstimos, porque foram efetivamente pagos, procedimento devidamente validado pelo Revisor, considerando os emails existentes a solicitar a declaração de não dívida. -----

9. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE DELEGAÇÃO E PARTILHA DE COMPETÊNCIAS PARA O EXERCÍCIO DE AUTORIDADE DE TRANSPORTES NO MÉDIO TEJO; -----

Glu
V.R.
gm

Vogal Virgílio André (CDU) – Informou que não iria votar favoravelmente, uma vez que considera ser prejudicial aos municípios e que na sua opinião é um tema que nenhum deveria aceitar. Acredita que esta é provavelmente uma medida para aliviar os privados destas carreiras que ninguém quer. -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Discordou, considerando que a mobilidade das pessoas é uma função do estado central. Neste concelho, havendo mais facilidade a norte do concelho, a margem sul será altamente prejudicada com mais alterações neste campo, principalmente considerando que atualmente o pouco que existe se deve ao período letivo, sendo que nos períodos de férias não há praticamente alternativas. Face a isto, esta lei que aprova a passagem da responsabilidade para as comunidades intermunicipais é na sua opinião altamente prejudicial para os municípios, concretamente para as populações. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo intervenções, colocou o ponto 9 a votação, o qual foi **aprovado por maioria** com 1 abstenção da bancada da CDU. -----

10. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE. -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Face à situação que ocorreu durante a sessão da Assembleia, em que sucessivamente se verificou interferências desagradáveis com o equipamento de som, propôs que as próximas não sejam gravadas, uma vez que se torna difícil trabalhar desta forma, sugeriu que as atas passem a ser o que for aprovado em minuta onde deverá constar os aspetos mais relevantes do que se passou na sessão. -----

Vogal Célia Abreu (PS) – Manifestou o seu desacordo com a proposta apresentada de modo a permitir que no caso de haver dúvidas nas informações que constam nas atas, as mesmas possam ser esclarecidas com as gravações. -----

Vogal Jorge Louro (PS) – Propôs que se alterasse o sistema de gravação para um mais atual e que a sua opinião é que as sessões continuem a ser gravadas. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Referiu que o artigo 34º do regimento, ponto 2, refere: *“as atas são lavradas sempre que possível pelos trabalhadores da autarquia no local designado para o efeito e são postos à aprovação de todos os membros no final da respetiva sessão ou no início da seguinte, sendo assinadas após aprovação pelo presidente e por quem as lavrou”*. Manifestou que em sua opinião o melhor será reparar o que está desadequado para que se possa trabalhar em melhores condições. -----

Presidente da Câmara Municipal – Informou que o município está a estudar a possibilidade de adquirir um equipamento que permita a gravação e transcrição automática, neste momento está-se a proceder a alguns testes. -----

Vogal Virgílio André (CDU) - Solicitou informações sobre o ponto de situação do Cineteatro e do processo com a Milcenta, bem como qual o destino que o Executivo pretende dar ao edifício do Centro Náutico. -----

Presidente da Câmara Municipal – Informou que existem alguns desenvolvimentos sobre processo com a Milcenta, no entanto só na próxima assembleia em fevereiro ou se assim o entenderem numa reunião mais breve daria explicações com mais detalhe. Relativamente ao Centro Náutico não tem tido atividade regular, tal como é o caso do Cineteatro que têm tido a atividade possível desenvolvida pela Camara Municipal e por entidades que utilizam estes equipamentos. É intenção do município criar condições para lançar concurso público para concessão do Centro Náutico. O município esta em condições de encaminhar a requalificação do cineteatro para resolver os problemas das infiltrações e as exigências do IGAC. -----

Vogal João Baião (CDU) – Questionou o executivo relativamente ao facto de só um sábado por mês estar um funcionário a controlar as entradas na piscina, sendo que nos restantes sábados não se verifica controlo podendo qualquer pessoa ter acesso às zonas reservadas aos utentes. -----

Presidente de Câmara Municipal – Esclareceu que devido à falta de pessoal neste momento só há um funcionário nesse serviço. De modo a que as mensalidades sejam baixas para que as pessoas possam pagar, sabendo que não se pretende lucros e sustentabilidade, mas se os custos fossem reportados aos utentes, as mensalidades teriam que ser mais altas e não foi essa a opção do executivo aquando da atualização das tarifas e das taxas. Pediu compreensão aos utentes da piscina, no sentido de não levarem bens de valor para o balneário, informando que a autarquia não é responsabilizada por extravios. -----

APROVAÇÃO EM MINUTA -----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia deliberou, **por unanimidade**, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nela constantes possam produzir efeitos imediatos. -----

ENCERRAMENTO -----

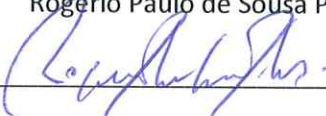
E não havendo mais nada a tratar o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e quinze minutos. A presente Ata foi redigida, na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal

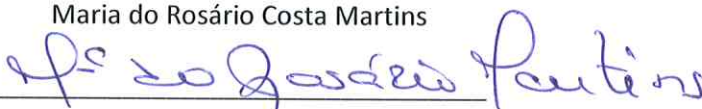
Presidente

Rogério Paulo de Sousa Palácio



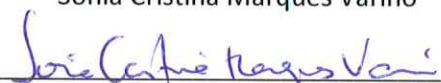
Primeiro Secretário

Maria do Rosário Costa Martins



Segundo Secretário

Sónia Cristina Marques Varino





Moção

40 Anos das Primeiras Eleições Autárquicas

Foi no passado dia 12 de Dezembro que se comemoraram os 40 anos das primeiras eleições autárquicas.

A revolução do 25 de Abril de 1974, entre outras conquistas, deu aos portugueses a possibilidade de participarem e intervirem na resolução dos problemas locais, e a capacidade de eleger e ser eleitos para os órgãos das autarquias locais.

A 12 de Dezembro de 1976, no seguimento de intenso e fecundo trabalho realizado com uma ampla participação popular, pelas comissões administrativas dos municípios e freguesias, criadas logo após ao 25 de Abril de 1974, realizaram-se em Portugal as primeiras eleições democráticas para as autarquias locais, nos 304 municípios e 4034 freguesias então existentes.

O Poder Local Democrático constitui uma das mais significativas e brilhantes transformações democráticas operadas com o 25 de Abril. Parte integrante do regime democrático e do seu poder é amplamente participado, plural, colegial democrático e dotado de autonomia administrativa e financeira. Está consagrado na Constituição da República Portuguesa.

O Poder Local Democrático afirmou-se, operando profundas transformações sociais.

A rede generalizada de abastecimento público de água, o sistema de saneamento, a rede de arruamentos e estradas municipais, a habitação social, o desenvolvimento do sistema de ensino, o acesso à atividade cultural e desportiva, a dinamização económica, são apenas alguns exemplos da importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações, superando enormes carências, incluindo a resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências.

Indiferente à importância que o Poder Local representa para as populações e para a resolução de muitos dos seus problemas, os sucessivos governos têm prosseguido o ataque ao Poder Local, à sua autonomia e a outros elementos essenciais, com destaque para os obstáculos ao processo de regionalização, apesar de consagrado na Constituição da República e as consecutivas alterações ao regime jurídico e financeiro das autarquias.

As comemorações dos 40 anos das primeiras eleições autárquicas, devem ser um momento para afirmar a importância do Poder Local Democrático, e o que representa como espaço de afirmação e realização de direitos e anseios populares.

Um momento de convergência e unidade dos democratas, em defesa do Poder Local Democrático e dos valores de Abril, consagrados na Constituição da República Portuguesa.



Face ao exposto a Assembleia Municipal de Constância, reunida a 19 de Dezembro de 2016 delibera:

1 – Saudar as primeiras eleições autárquicas, realizadas a 12 de Dezembro de 1976, e as transformações económicas, sociais e culturais operadas pelo Poder Local Democrático ao longo destes 40 anos.

2 – Propor ao executivo municipal a realização de um encontro com todos os elementos que ao longo destes 40 anos participaram como eleitos, ou nomeados nas comissões administrativas, nos vários órgãos autárquicos concelhios.

3 – Recomendar ao executivo municipal que a implementação da deliberação desta Assembleia sobre a homenagem ao antigo Presidente da Câmara e atual Presidente da Assembleia Municipal, António Mendes, seja realizada conjuntamente com a iniciativa proposta no número anterior.

4 – Reclamar para as autarquias locais, a autonomia e os meios necessários para responder às necessidades e anseios das populações e do desenvolvimento local, assim como a criação das Regiões Administrativas, conforme consagrado na Constituição da República Portuguesa.

Constância, 19 de Dezembro de 2016

Os eleitos da CDU



Chf Sm
R

40 Anos do poder autárquico em Portugal

Moção

No momento em que se comemoram os 40 anos do Poder Local Democrático os eleitos do Partido Socialista nesta assembleia saúdam a Constituição Portuguesa de 1976 que o instituiu e todos os cidadãos que desde o 25 de abril deram e dão o seu melhor no exercício dessa nobre prática ^{de cidadania} ~~verdade~~ que é ser autarca, quer nas Assembleias de Freguesia e Municipais, Juntas de Freguesia ou nas Câmaras Municipais.

Esta é a forma do Estado mais se aproximar dos cidadãos no exercício do seu Poder, na resolução dos seus problemas e na criação de soluções para melhorar as condições de vida das populações locais. Democrático, não apenas por oposição à forma como anteriormente se constituía, em que os seus membros eram nomeados pelo poder central, mas também, porque os seus atores passaram a ser eleitos por sufrágio livre, secreto e universal e, ainda, porque o exercício desta forma de Poder exige a humildade, a modéstia e a prática dos deveres que o exercício da democracia impõe no respeito da vontade expressa por todos os eleitores, e à qual deve ser dado sempre corpo em todos os órgãos, fóruns e publicações da responsabilidade autárquica. Por todo o País, desde os tempos das Comissões Administrativas, assistimos a uma profunda revolução transformadora nas cidades, vilas e aldeias. Primeiro ao nível das infraestruturas e equipamentos básicos essenciais, em comunhão com as Comissões de Moradores que igualmente saudamos, e mais tarde a obras de maior envergadura, muitas já com apoios dos Governos e da Comunidade Europeia, mas sempre resultantes do empreendedorismo e criatividade dos seus autarcas, muitos deles voluntários que com prejuízo dos seus tempos livres se dedicam à causa do desenvolvimento e do bem-estar das suas populações.

Viva o Poder Local Democrático, viva os seus autarcas, os seus colaboradores e as suas populações." Viva Constância, ~~Viva o Partido Socialista~~

Chf Confirma Resol

Constância, 19 de Dezembro de 2016

Chf

valerios

Chf

**Atividade desenvolvida pelo Município****Declaração**

No âmbito da informação da senhora Presidente da Câmara sobre a atividade do município permitam-me selecionar 3 das muitas iniciativas que fazem parte da intensa atividade do município e que considero de grande relevância.

1 - A realização, em Montalvo, de uma sessão sobre memórias da I Grande Guerra e a consequente edição e apresentação de um livro sobre quem, do Concelho, participou naquela Guerra é de facto um acontecimento da maior importância para a freguesia e para todo o nosso Concelho.

Reavivar e divulgar tão trágico acontecimento europeu, e debater o facto de ter acontecido no nosso território a concentração de todas as tropas portuguesas posteriormente enviadas para o teatro da guerra em França, é não só uma excelente ação de formação por parte da Câmara Municipal perante a sua população, mas também um bom motivo de afirmação no contexto regional e nacional como ficou demonstrado pelo magnífico painel de oradores que estiveram presentes.

2 - A organização da XXXI Feira do Livro, globalmente mais rica na sua diversidade que as anteriores, pecando apenas no reduzido número de títulos de livros disponíveis, foi também uma das iniciativas com muito mérito colocada à disposição do público por parte do município.

Para além de escritores convidados para responder ao já habitual público escolar as riquíssimas apresentações realizadas na Casa Memória de Camões não podem deixar de ser realizadas, não apenas pelo seu conteúdo mas também, e acima de tudo, pela urgente e necessária afirmação daquela Instituição que tanta falta faz ao desenvolvimento histórico /cultural do nosso concelho.

3 - Por último as comemorações do dia 7 de Dezembro e a iniciativa "Gostar de Constância" que este ano homenageou a Sociedade Recreativa Portelense, a Casa do Povo de Montalvo e a Escola Luís de Camões.

Homenagear a mais antiga coletividade do nosso Concelho, neste caso a Sociedade Recreativa Portelense, a mais importante coletividade da freguesia de Montalvo, neste caso a sua Casa do Povo e a Escola Luís de Camões que este ano comemora o seu XXV aniversário e que pelos dados oficiais conhecidos hoje é a segunda escola do país com menos reprovações, não é apenas um ato de cortesia mas sim um dever das instituições oficiais perante quem diariamente trabalha duramente para que o bem estar cultural e recreativo, científico e social seja uma realidade no nosso Concelho.

Para terminar apenas um reparo aos nossos eleitos; O meu lamento de que tão poucos eleitos tenham participado nestes (e noutros) tão importantes eventos.

Continuo a pensar que quem não conhece a realidade á sua volta dificilmente poderá governar da melhor forma e aquilo que tem acontecido é que muitos dos eleitos do nosso Concelho raramente comparecem nas iniciativas e peço desculpa se ofendo alguém mas o certo é que todos nós fomos eleitos para governar o melhor possível.

O Vogal

Constância, 19 de Dezembro de 2016